



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 4ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1 No dia vinte e três do mês de março de 2017, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges  
2 de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta:  
3 **1º) Inscrições de Assuntos Geral; 2º) Aprovação da ata do dia 09/03/2017; 3º) Expediente; 4º)**  
4 **Pactuação de Indicadores do SUS 2017/2021; 5ª Apresentação do Relatório 3º Quadrimestre**  
5 **2016; 6ª Conferência da Saúde das Mulheres; 7º Conferência Vigilância em Saúde**  
6 **(Regimento Interno, Comissão de Organização); 8º Comissões CES/RS; 9º Assuntos Gerais.**  
7 **Titulares:** Carlos Correa Martins (FRACAB), Ana Valls (AGAPAN), Itamar Santos  
8 (FETAPERGS), Denize Cruz (SERGS), Zilá Cohen (AGAFAPÉ), Lotário Schindwein (CGTB),  
9 Sandra Leon (CRP/RS), Elizandra Ferronato (CRESS), Adão Zanandréa (FCD), Alcides Pozzobon  
10 (AHRGS-FEHOSUL), Aglaé Silva (SES), Leila Ghizzoni (EMATER), Eni Bahia (CNBB), Maria  
11 Alice Vieira (CRN-2), José Hélio Freitas (GAPA), Camila Giugliani (UFRGS), Mara Lúcia Soeiro  
12 (SINDSEPE), Jairo Tessari (FED. STAS CASAS), Luis Carlos Bolzan (COSEMS), Irene Prazeres  
13 (SINDIFARS), Eder Pereira (CGTB), Helena Ransolin (SINDIFARS), João de Deus (FRACAB),  
14 Fernando Prati (CREFITO). **Suplentes:** Sandra Schmitt (MS), Bárbara Pires (FIERGS), Melissa  
15 Dornelles (CRP), Stênio Rodrigues (MS), Cristian Guimarães (SES), Roger Halla (CRMV-RS),  
16 Elson Farias (SES). O Presidente Cláudio dá início a plenária falando sobre as inscrições para  
17 assuntos gerais. Seguidamente, Cláudio apresenta a ata da Plenária do dia 09/03/2017 para  
18 aprovação, na qual Ana Valls e Aglaé Silva pedem algumas alterações. Após, é encaminhada para  
19 votação, sendo aprovada com as alterações propostas. Cláudio passa para o ofício de substituição da  
20 representação do Crefito na qual Itamar Santos faz a leitura informando que passam a representar a  
21 entidade o Dr. Fernando Antônio de Melo Prati e a Dra. Cheila Maria Shoer. André da Secretaria  
22 Estadual de Saúde faz uma apresentação detalhada da Pactuação e Indicadores do SUS, na qual  
23 após é aberta para discussões. Ana Valls relata dúvidas quanto a resolução CIT nº8 de 24 novembro  
24 de 2016 fala sobre 2017/2019, quanto aos indicadores, também tem dúvidas em algumas situações:  
25 indicador nº 10, questiona os parâmetros e diz que temos leis que falam da obrigatoriedade de  
26 analisar um conjunto de agrotóxicos na água de consumo humano, disse não ter encontrado outro  
27 indicador e que é extremamente importante que se soubesse, além dos coliformes fecais outros  
28 contaminantes da água. Disse que não aprovaria indicadores com esse teor e que faria ressalvas.  
29 Fala também sobre o indicador nº 12, e diz que gostaria de uma especificação técnica para entender  
30 o que é esta razão, e o indicador 21 também não ficou claro quanto a porcentagem das ações, e  
31 questiona o que seria 100% destas ações. Camila Giugliani fala da importância da discussão dos  
32 indicadores e tem a impressão que estes precisam se modernizar. Diz que nos últimos tempos temos  
33 uma carga de doenças crônicas, onde os fatores de risco para estas doenças não estão sendo  
34 medidas. Ressalta que temos que ter indicadores que reflitam verdadeiramente a carga de doenças  
35 da população brasileira. Irene resgata um indicador que diz respeito ao monitoramento do acesso de  
36 medicamentos de alto custo no RS, e seria importante um retorno mais efetivo do acesso ao  
37 medicamento através do indicador. José Hélio relata a importância das atualizações dos indicadores,  
38 para que se faça a medição correta, pois os dados não são fidedignos, e fala que estes indicadores  
39 têm que ser revistos. Luis Carlos Bolzan ressalta a importância de outros indicadores que não sejam  
40 estanques, que nos remetam a pensar no desdobramento e porque eles estão ali e como se constitui,  
41 isso tem um significado importante para quem trabalha com saúde coletiva. Stênio diz que devemos  
42 pensar em outros indicadores considerando as especificidades de cada região, discutir indicadores é

43 discutir todos os fatores que tivemos no processo saúde e doença. Carlos Correa Martins fala que  
44 essas discussões são técnicas e que esses temas têm que ser apresentados com antecedência, para  
45 que todos tenham conhecimento. Cláudio fala que toda a legislação do SUS se baseia nos princípios  
46 constitucionais, e nele está a participação da população. Ele fala das responsabilidades do conselho,  
47 e diz que a situação é complexa, que as pactuações devem ser discutidas antes, e temos que repensar  
48 e construir mecanismos onde o controle social tenha efetivo controle sobre a política que está sendo  
49 implementada. O prazo para aprovar é estreito e não temos técnicos para fazer avaliação, e que pelo  
50 número de técnicos que estão presentes para explicar os indicadores específicos a cada um já se  
51 identifica a complexidade do assunto. Camila Giugliani menciona um indicador que considera  
52 fundamental e que é algo que se meça as desigualdades. André da SES fala sobre a importância das  
53 comissões montadas conforme combinado no PES, diz que o mais importante não é que todos os  
54 indicadores esteja na pactuação e sim que as comissões do conselho possam demandar a secretaria  
55 quais indicadores que acham necessário acompanhar, para que possam ser discutidas. Jairo Tessari  
56 fala da sua representação, que tem um discernimento grande e um poder de decisão para votar, sem  
57 ter dúvidas mesmo não entendendo todos os assuntos para tomar decisões coerentes. Maura do SES  
58 explica a nota técnica de CP e mamografia. Ana Valls diz ser preocupante a negociação dessa  
59 pactuação, diz que podemos perder o que está no PES, e passar a ser oficial o que está sendo  
60 pactuado hoje. Aglaé fala da importância dos técnicos e conselheiros, que são especialistas em  
61 determinados assuntos, diz que forma opinião baseada nestas informações e complementa dizendo  
62 que temos que confiar no que estão dizendo. Ela diz que o que está sendo discutido é a pactuação  
63 nacional que já está definida, diz que podem dizer que o Rio Grande do Sul acha isso ou aquilo,  
64 porém já está aprovada, e não só vai influenciar na pactuação, mas também em outras coisas. São  
65 coisas diferentes que estamos trabalhando e diz que toda a contribuição qual a UFRGS é de suma  
66 importância pelo embasamento técnico e aprofundado e contribuirá muito na discussão dos  
67 indicadores e das metas Estaduais. Lotário Schlindwein diz que como controle social temos a  
68 necessidade de muitas vezes acompanhar esses assuntos com mais agilidade, fala que gostariam que  
69 essas comissões realmente estivessem funcionando, para que fosse pautado esse assunto e essa  
70 comissão pudesse vir orientar cada conselheiro. Fala que a estrutura do conselho precisa ser  
71 melhorada, e diz estarem definindo políticas que decidem vidas humanas. Quanto aos indicadores,  
72 Lotário fala que deveriam priorizar o nosso saneamento. Carlos Correa Martins fala que a  
73 orientação dos técnicos é fundamental para tomarem decisões, mas na hora de votar temos que  
74 saber se adianta ser votado e deixa claro que o conselho tem que decidir politicamente qual é o  
75 melhor caminho. Stênio fala da importância dos técnicos e suas orientações e Luis Carlos Bolzan  
76 complementa que se houver necessidade de orientar os conselheiros deve-se fazer quantas vezes  
77 forem necessárias, e que o conselho é político e não técnico, cada vez que os técnicos vão ao  
78 conselho devem trazer informações. Itamar diz que foi contemplado com as falas anteriores bem  
79 como controle social e entende que o conhecimento técnico está a serviço do CES e controle social,  
80 e após a deliberação ele encaminha para votação a Pactuação e Indicadores do SUS apresentado por  
81 André (SES) na qual foi aprovada com quinze votos a favor, seis contra e três abstenções. Itamar  
82 Santos passa para o próximo ponto de pauta que é a Apresentação do Relatório do 3º quadrimestre  
83 de 2016, na qual André (SES) faz a apresentação. Após, sem haverem questionamentos, Itamar  
84 Santos fala da questão da Conferência da Saúde da Mulher e a Conferência da Vigilância em Saúde  
85 e abre para informes. Ele fala sobre a questão da Vigilância e diz que se deve começar a pensar na  
86 discussão do regimento interno e das comissões, e fala que a mesa orienta que não se repitam as  
87 mesmas comissões que estão trabalhando na Conferência da Saúde das Mulheres se houver a  
88 possibilidade e que as entidades na próxima reunião do pleno serão apresentados os nomes. Itamar  
89 Santos diz que deve ser aprovado em pleno a questão do art. 18 e faz a leitura do mesmo. Após,  
90 Débora Vice-Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul diz que no  
91 regimento do Estado ficou faltando prever a votação das 12 propostas prioritárias de âmbito  
92 Nacional que seguirão para a etapa Nacional, e nisso solicitam que no art. 29 do Regimento do  
93 Estado seja incluído o que já está previsto no Regimento da Nacional do art. 16. Ela diz que os  
94 relatórios têm que ter no máximo 12 propostas prioritárias de abrangência Nacional desde que

95 contemplados todos os eixos (três por eixo). Ela diz que isto requer um processo de votação, assim  
96 como foi feito na conferência de saúde. Ela diz que eles utilizam o informe SUS tanto para  
97 municípios quanto para o Estado, e fala que a relatoria está propondo que se tenham três propostas  
98 por eixo, portanto, como no Estado se tem a definição de cinco eixos, os municípios poderão  
99 encaminhar até 15 propostas (três por eixo) de âmbito Estadual e se for de âmbito Nacional serão 12  
100 pois são quatro eixos. Débora diz que essa redação terá que ser incluída no Regimento pois isso  
101 determinará a previsão do regulamento. Itamar Santos põe em votação a alteração do regimento no  
102 qual é aprovado por unanimidade. Itamar Santos salienta que está aberto o processo de indicação de  
103 componentes das comissões do CES e diz ser fundamental que até o final de março consigam isto  
104 para que seja encaminhado. Ele abre para assuntos gerais e Neusa informa sobre a conferência livre  
105 de comunicação em saúde que acontecerá no dia 07/04/2017 às 13h30 na escola de enfermagem da  
106 UFRGS. Débora informa o seminário da FAMURS 11/04/2017 das 9hrs às 17hrs. Também solicita  
107 a inclusão de dois pontos como pauta de plenária do CES, a privatização dos exames laboratoriais e  
108 o plano popular da Santa Casa. Carla, médica pneumologista fala sobre a tuberculose e salienta que  
109 o programa Estadual está muito contente pois o Estado manteve os indicadores de tuberculose e não  
110 teve aumento, porém deixa claro que ainda é necessário muito mais. Neusa fala sobre o dia 24 de  
111 março, o Mundial do Combate da Tuberculose e faz uma apresentação. João de Deus diz que  
112 trabalhou durante muitos anos com casos de tuberculose em moradores de rua e diz se preocupante  
113 o número de óbitos por essa causa. Ele salienta Alvorada e fala sobre sua proporção de casos de  
114 Tuberculose e solicita que seja pedido para a Secretaria de Saúde de Alvorada para que sejam  
115 apurados os motivos de tantos casos. Carla responde que o programa Estadual de combate à  
116 tuberculose sabe dos índices e tem trabalhado nos últimos 10 anos com os Municípios prioritários e  
117 diz ser preocupante a tuberculose lá além de diversas outras doenças, ela fala que Alvorada é um rol  
118 de miserabilidade. Diz terem acompanhado de perto estas situações e os números apesar de serem  
119 altíssimos, diminuíram bastante nos últimos tempos. Carla relata que há 10 anos atrás tinham uma  
120 pessoa da área médica no município de Alvorada que fazia tratamento de tuberculose em tempo  
121 parcial e diz terem conseguido com o apoio do programa de Comitê Metropolitano de  
122 Enfrentamento da Tuberculose que mais pessoas fossem alocadas e diz que houve um momento há  
123 aproximadamente 5 anos atrás que os números subiram muito, pois as pessoas que estavam lá  
124 procuraram e foram notificadas. Sandra Leon diz que é moradora de Alvorada e íntegra o Conselho  
125 Municipal de Saúde, e conta que foi aprovado o plano Municipal de combate à tuberculose e diz ter  
126 todo um movimento acontecendo junto do Conselho Municipal de Saúde e diz estarem cientes  
127 destes índices. Ela diz que tem a comissão dentro do Conselho que está lidando com isso. Sandra  
128 salienta aprovação foi algo muito positivo, e diz que Alvorada é um município de muita  
129 vulnerabilidade social, mas não um rol de miserabilidade, conforme disse a gestora da pasta da  
130 tuberculose. Comunica que no dia 24 de março em Alvorada as 9hrs, ocorrerá uma caminhada de  
131 mobilização pelo combate da tuberculose e convida a todos. Nada mais havendo a tratar, Itamar  
132 Santos deu por encerrada a reunião, da qual eu, Laryssa Pereira da Silveira lavrei a presente ata que,  
133 após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 23 de março de 2017.

Claudio Augustin  
Presidente do CES/RS

Itamar Silva Santos  
Vice Presidente do CES/RS

Fabiana Andressa  
Coordenadora do CES/RS

Denise Cruz  
Coordenadora do CES/RS

Lotário Schlindwein  
Coordenador do CES/RS

Camila Jacques  
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari  
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva  
Coordenadora do CES/RS